

O QUE ELES E ELAS PRODUZEM? A CORRELAÇÃO ENTRE ENVELHECIMENTO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO GLEBA XV DE NOVEMBRO - SP

Danitielle Cineli Simonato¹, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²

¹Doutoranda - Faculdade de Engenharia Agrícola Feagri/Unicamp – E-mail: dani_simonato@yahoo.com.br

²Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola/Unicamp – E-mail: soniaberga@yahoo.com

Resumo: Atualmente o envelhecimento populacional é uma realidade na sociedade, seja ela urbana ou rural. Contudo, estudos que vislumbrem essa realidade no meio rural são escassos. Desta maneira, este estudo teve por objetivo compreender a correlação entre o envelhecer e a produção de alimentos no Assentamento Rural Gleba XV de Novembro, localizado entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista e Rosana SP e possui 571 lotes. O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário semiestruturado que versou sobre questões como: gênero, estado civil, idade, origem, renda, produção (agrícola e pecuária), comercialização da produção e Agroecologia. Foram entrevistados 61 idosos (as). Os resultados demonstraram que 52% dos idosos eram mulheres e 61% dos idosos (as) entrevistados são de origem rural. Em relação à produção agrícola de alimentos, os produtos agrícolas mais produzidos são para autoconsumo como: mandioca, abóbora, milho, feijão, quiabo, banana, além de hortaliças em geral. Já a produção pecuária se baseia em criação de galinhas, porcos e gado de leite, também em sua maioria para autoconsumo. Em relação à comercialização muitos idosos (as) destinam a produção de mandioca a feccularia e o leite para laticínios da região, 61% disseram que já ouviram falar em Agroecologia, porém ainda utilizavam agrotóxicos e fertilizantes na produção. Desta forma, conclui-se que os idosos (as) permanecem ativos em relação a produção, pelo menos para autoconsumo, e isto pode se configurar como um mecanismo de reprodução social e permanência na terra garantindo soberania e segurança alimentar aos idosos (as) do meio rural.

Palavras Chaves: Envelhecimento Populacional, Velhice, Reforma Agrária, Autoconsumo, Segurança Alimentar.

1. Introdução

O envelhecimento é sem dúvidas um dos maiores fenômenos da sociedade contemporânea. Este fenômeno vem mudando significativamente as estruturas sociais e econômicas dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Esse fato demanda novas posturas da sociedade em geral, e, principalmente, do poder público para encarar a crescente parcela de sujeitos que poderão agora, passar ainda décadas nessa fase do envelhecer e que para além das demandas mais costumeiras como saúde e previdência social, necessitam viver este período prolongado em anos com qualidade de vida e dignidade.

Essa parcela crescente da população carrega consigo, mais do que o pesar dos anos e o agrisalhar dos cabelos, a experiência e histórias de vida, trajetórias e itinerários diversos possuem, fazem com que a velhice seja um processo rico e heterogêneo.

Para se ter uma ideia desta realidade, no mundo há cerca de 900 milhões de idosos. Na América Latina e Caribe a população idosa já alcança o patamar de 73,5 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa 11,5% da população total (ONU, 2016). O contingente de idosos no Brasil cresce a cada ano, segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua) em 2017 o número de idosos e idosas ultrapassou os 30,2 milhões de pessoas (BRASIL, 2017).

As três taxas que ilustram estas transformações são: a taxa de fecundidade, a taxa de mortalidade e a expectativa de vida ao nascer. A taxa de fecundidade diz muito sobre a dinâmica da população, pois mede o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao fim do seu período reprodutivo como também representa a recomposição populacional de um país. Neste quesito entre os anos de 2005 e 2015 a taxa de fecundidade no Brasil caiu de 2,09 filhos por mulher para 1,72 filhos por mulher (IBGE, 2016).

A taxa de mortalidade também é um componente demográfico que explica o número de mortes em média por mil habitantes. A queda desta taxa evidencia os avanços e mudanças nas condições médico-sanitárias, socioeconômicas e tecnológicas. Por último, a expectativa de vida ao nascer ou esperança de vida é um componente demográfico que consiste na estimativa do número de anos que se espera que um indivíduo possa viver. Sendo assim, a expectativa de vida para o brasileiro passou de 72,0 anos em 2005 para 75,4 anos em 2015.

Como se vê, a população de idosos cresceu vertiginosamente nas últimas décadas no Brasil devido ao avanço em vários campos (econômicos, sociais, políticos e culturais) e isso refletiu na qualidade de vida de toda população, sobretudo a de idosos (NASRI, 2008).

O processo de envelhecimento tem de ser encarado como qualquer outra fase da vida, como a infância, a juventude, a vida adulta. No entanto, o que se viu até o final do século XX foi a velhice sendo encarada de forma discriminatória, pessimista e alarmista, carregado de estereótipos, que traria à sociedade de modo geral uma carga social, seja no sistema econômico, no sistema de saúde e, sobretudo, no sistema previdenciário, acarretando uma crise sistemática sem precedentes (GONZALEZ, 2014).

Esse olhar da sociedade ocidental que está arraigada nos moldes capitalistas de produção, encara o velho como um indivíduo que perdeu seu papel social, vive seu declínio de vida e decrepitude de seu organismo (BORGES, 2007).

Todavia, o olhar em torno do envelhecimento vem mudando gradativamente, já que, até pouco tempo atrás o envelhecer era visto de forma homogênea, ou seja, o idoso era visto sem suas características peculiares em termos culturais, regionais, de classe social, de envelhecimento ativo. Hoje já se considera o idoso de forma heterogênea, plural,

multidimensional onde cada indivíduo ou grupo de indivíduos possui intrinsecamente estratégias, modos e trajetórias de vida diferentes.

Em relação à situação domiciliar da população, dados do IBGE (2016) revelaram que 84% da população brasileira residem em áreas urbanas, contra 16% que vivem na zona rural. Embora se constate nos últimos anos um número decrescente de pessoas vivendo no campo, há que se considerar a importância desta população, quanto a sua diversidade e peculiaridades, donde se originaram as intenções centrais desta pesquisa.

Falar do idosos e idosas do meio rural é falar de sujeitos que mesmo com a idade avançada ainda trabalham na lida da roça, cultivando alimentos para autoconsumo e para comercialização seja na própria comunidade, seja em mercados institucionais de compras de alimentos como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) participação em feiras livres e etc.

O que precisa se levar em conta é que a velhice no meio rural não é um fator limitante e de inutilidade dos sujeitos, pesquisa realizada por Ferraz, Alves e Ferreti (2017) compilando dados do IBGE afirmam que em 2007, 22,5% dos idosos brasileiros continuavam trabalhando. No entanto, na área rural, estes percentuais sobem para 46,9%. Este alto diferencial urbano/rural no que tange a continuidade do trabalho tem como característica o tipo de ocupação exercida no campo, pois, mesmo aposentados os idosos continuam trabalhando em atividades para o consumo próprio, como cuidar da horta, criar e cuidar de pequenas plantações. O fato de o idoso continuar trabalhando significa uma participação ativa na sociedade e minimiza o isolamento e a discriminação.

Dados preliminares do novo Censo Agropecuário do IBGE (2017/2018) apontam que 34% dos estabelecimentos agropecuários estão nas mãos de pessoas acima de 60 anos de idade, ou seja, idosos e idosas, fazendo um recorte para o Estado de São Paulo, esse número alcança 44% dos estabelecimentos agropecuários.

Desta maneira, pode-se considerar que um número significativo da produção de alimentos via agricultura familiar, esteja nas mãos de idosos e idosas que escolhem o campo para produzir alimentos e se reproduzir socialmente.

Assim, o objetivo do presente trabalho foi conhecer correlacionar o envelhecimento no campo e a produção de alimentos dos idosos e idosas do Assentamento Gleba XV de Novembro - SP

2. Metodologia

2.1 Escolha Amostral e Instrumento de Pesquisa

O primeiro passo metodológico adotado foi à escolha do universo amostral. Desta maneira, primeiramente, foram identificadas todas as famílias que possuíam idosos (indivíduos com idade igual ou maior de 60 anos) em sua constituição e destas foram escolhidas 10% aleatoriamente para serem entrevistadas, totalizando 61 idosos e idosas.

O instrumento de pesquisa que foi adotado para conhecer esses idosos e idosas foi o questionário semiestruturado. Para Gil (2005) o questionário é uma técnica de pesquisa das mais utilizadas consistindo em um instrumento de coleta de informações que apresenta muitas vantagens, pois possibilita de forma rápida o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outras.

Tecnicamente falando, o questionário constitui um meio de obter respostas sobre determinado assunto de maneira que o respondente forneça as informações de seu domínio e conhecimento. Por outro lado, todo questionário deve ser impessoal, para assegurar a uniformidade na avaliação de uma situação (CERVO e BERVIAN, 1996).

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior denominada: “Trinta anos de assentamentos rurais no estado de São Paulo: o processo de envelhecimento dos assentados do Pontal do Paranapanema e seus efeitos sobre as condições de vida. O questionário possuía 90 questões em sua totalidade, dividido em seis blocos, a saber: Identificação; Perfil da Unidade de Produção; Infraestrutura e Bens Materiais, Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA); Saúde e Recursos e Bem Estar Social.

Todavia, para este artigo serão apresentados resultados iniciais do Perfil dos Idosos, Produção e Segurança Alimentar dos Idosos e Idosas pesquisados.

2.2 Local do Estudo – Assentamento Gleba XV de Novembro

O Assentamento Gleba XV de Novembro foi resultante da luta de trabalhadores das então recém finalizadas Hidrelétricas de Rosana e Porto Primavera no início da década de 1980, pertencentes a extinta. A finalização destas obras deixou um enorme contingente de trabalhadores desempregados que se aliaram a pequenos agricultores e posseiros a fim de reivindicar terras e melhores condições de vida.

Assim, no dia 15 de Novembro de 1983, cerca de 800 trabalhadores, advindos dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, e de outros municípios de São Paulo e do Paraná, realizaram o primeiro levante e posterior ocupação na região do Pontal do Paranapanema.

Esses trabalhadores adentraram as fazendas Tucano e Rosanela do município de Teodoro Sampaio, reivindicando sua desapropriação para que lá pudessem plantar e viver. Desta maneira, os trabalhadores montaram dois acampamentos um no trevo de Euclides da Cunha Paulista às margens da Rodovia Arlindo Bétio, SP 613 e outro em uma área da CESP localizada na Vila de Porto Primavera.

Diante da pressão, o governo do Estado de São Paulo Franco Montoro, alegando a importância da causa desapropriou uma área equivalente a 15 mil hectares em 1984. Assim, essa área desapropriada deu origem ao Assentamento Gleba XV de Novembro. Desta forma o Assentamento Gleba XV de Novembro foi dividido em 5 setores, em 571 lotes que variam entre 13 a 40 hectares (lotes de pecuária).

A infraestrutura do Assentamento conta com barracão comunitário, campo de futebol, três postos de saúde, três escolas estaduais que atendem de 1º do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, igrejas de várias denominações, além de um pequeno comércio nas áreas de Agrovila.

A terra está sob jurisdição do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP que presta serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, além de contar com apoio de Grupos de Extensão e Pesquisa advindos da Universidade Estadual Paulista - UNESP campus de Presidente Prudente e do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

3. Resultados e Discussão

A seguir estarão explicitados os resultados e a discussão do presente trabalho.

Em relação ao perfil dos idosos a média de idade geral apresentada esta em 69,45 anos, já em relação à faixa etária dos idosos (as), 54% deles estão na faixa de 60 a 69, seguidos por idosos (as) na faixa etária de 70 a 79 anos (41%), evidenciando que o processo do envelhecimento no Assentamento Gleba XV de Novembro seja evidente, este por sua vez, tem como maioria idosos considerado jovens, ou seja, que estão experimentando os primeiros anos da velhice.

Em relação ao gênero, 52% dos entrevistados são mulheres. Este dado mesmo que esteja representando apenas um assentamento no Pontal do Paranapanema é interessante

pensar sobre ele, já que muitos autores evidenciam que no meio rural o gênero predominante seja o masculino, ou seja, o campo sofre um processo de masculinização, sobretudo dos mais jovens, mas este cenário pode estar se modificando, necessitando de estudos mais amplos e profundos para corroborar este dado do Assentamento Gleba XV de Novembro.

A questão de gênero quando se fala de envelhecimento é muito marcante, estudos de Lebrão e Duarte (2003) como estudos de Camarano, Kanso e Mello (2004) apontam que a velhice no meio urbano é cada vez mais feminina, ou seja, as mulheres chegam em maior número na velhice, bem como, quando analisado os idosos mais velhos, elas também estão em maior número.

A questão da masculinização do campo pode estar relacionada a migração rural-urbana das mulheres, predominando assim a permanência de homens no campo. Esse fenômeno pode denotar uma situação de abandono para com os idosos do sexo masculino, diminuindo assim sua rede de apoio.

Melo e Kreter (2014 p. 05) sobre a masculinização da população rural, corrobora que:

Uma possível explicação para a *masculinização* da população rural está nos elevados índices migratórios campo-cidades, com a predominância de jovens e, entre eles, de mulheres. De forma complementar, existe também problemas ligados à sucessão geracional nos estabelecimentos familiares, seja pela dificuldade de encontrar sucessor entre os filhos dos proprietários, seja pelos conflitos entre os herdeiros legais em torno da partilha do patrimônio familiar. Além disso, existe a preferência pela sucessão masculina, que reforça a condição secundária das mulheres no arranjo domiciliar, e sua dificuldade de acesso à terra. Essas evidências podem ter contribuído para a expulsão delas ainda na juventude da zona rural.

A preocupação com a questão do envelhecimento populacional e, em especial, com o feminino, decorre da vulnerabilidade desse grupo, tanto do ponto de vista econômico, como da saúde e da perda de autonomia. Esse estágio de vida é marcado pela retirada deles/delas da atividade econômica, seguido de altas taxas de morbidade, ocasionadas principalmente por doenças crônicas.

Outros estudos que se debruçam nesta perspectiva são Abramovay et al (1997) que explicam que a migração de mulheres das áreas rurais para áreas urbanas é comum pelo fato de que muitas vão em busca de emprego, no setor de serviços, podendo até trabalhar como domésticas, no entanto, a expectativa desta migração para o meio urbano está recheada de sonhos, desde emprego, a oportunidade de estudo e “melhor qualidade de vida” Muitas vezes o trabalho no campo não é exaustivo e não valorizado. Por mais que estejamos no século XXI, há fortes disparidades no que se diz respeito à valorização e reconhecimento do trabalho da mulher, sobretudo no meio rural.

Estudos de Froehlich *et al* (2014, p. 28) apontam que:

a gravidade do processo de masculinização rural está nas implicações da diminuição da presença feminina neste contexto social, que pode modificar a forma de conviver das comunidades, comprometer a formação da família e, portanto, a sucessão familiar dos estabelecimentos. Desta forma, o processo de masculinização rural,

quando ocorre de forma intensa e contínua, pode comprometer a própria sustentabilidade social destes territórios. A seletividade feminina do êxodo rural, principal causa da masculinização rural atual, costuma receber várias explicações por parte dos estudiosos da temática. Entre estas, se pode mencionar as posições que apontam a recorrência do patriarcado ser mais evidente nas condições rurais, atribuindo culturalmente ao homem o papel produtivo, do trabalho na lavoura e na lida campeira; e à mulher, o papel reprodutivo, dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos.

Pierre Bourdieu (2006) em pesquisas realizadas no Sudoeste da França (Béarn) na década de 1960 e retratadas no texto "O Camponês e seu Corpo", onde analisava a questão das trocas matrimoniais como uma manifestação da transformação da sociedade e que residir em um determinado local (*bourg* - cidade ou *hameaux*- aldeia), além de características sociais, econômicas e psicológicas interferia na questão do celibato.

Mais adiante, Bourdieu, considera que o modelo de vida urbano era mais atrativo para as mulheres rurais do que para os homens, principalmente porque as mulheres saíam em busca de escolarização, emprego talvez este seja os motivos pelos quais hoje, no meio urbano, o fenômeno do envelhecimento seja predominantemente feminino.

Importante ressaltar que a mecanização da agricultura brasileira no contexto da Revolução Verde desvinculou a mulher dos meios de produção do campo, isto é, fazendo um retrospecto deste momento, havia no campo brasileiro uma situação de subordinação em relação ao homem (BRUMER *et al*, 2002).

Quando analisado em relação ao Estado Civil 77% dos idosos (as) eram casados, seguidos de 20% viúvos. Este dado se torna importante em se tratando de idosos (as), pois ter o apoio de um parceiro ou parceira se torna fundamental no processo do envelhecimento, trazendo-lhes segurança, companhia, afeto nesta fase da vida.

Em relação à origem, a maioria dos idosos (as) afirmara serem provenientes do meio rural (61%). Em relatos durante o trabalho de campo, notou-se que a maioria deles eram advindos de regiões rurais do Nordeste brasileiro, estes vinham para trabalhar como assalariados rurais em lavouras de algodão, café, além de trabalharem nas barragens de usinas hidrelétricas da região Oeste Paulista (Pontal do Paranapanema) entre as décadas de 1960 a 1980.

Em relação à Seguridade Social (Aposentadoria e Pensão) 95% dos idosos (as) afirmaram receber o benefício, seguidos, por 2% de idosos (as) que eram pensionistas. Este dado é marcante no que se diz respeito a permanência dos idosos no meio rural, já que lhes proporciona garantia de renda e poder de escolha em permanecer no campo.

Em relação à produção (57) dos (61) idosos ainda trabalham na roça e produzem seus alimentos seja para autoconsumo, seja para comercialização. Assim, os itens mais produzidos

pelos idosos (as) assentados em número de vezes que foi citada foi mandioca (41), abóbora (19), banana (19), feijão (19), quiabo (18) milho (14), acerola (11), mamão (11) entre outros itens.

Em relação à produção animal, em número de vezes que foi citado a criação de frango foi (21) seguida por suínos (15), outro carro-chefe do assentamento está na produção de leite sendo que (20) dos 57 assentados produzem leite.

Quando indagados sobre a comercialização da produção majoritariamente (27) idosos (as) afirmaram não comercializar a produção, ou seja, a mesma tem o foco para autoconsumo e subsistência, (15) idosos (as) comercializam sua produção de leite para o laticínio da região, outros (8) comercializam a produção de mandioca com uma feccularia da região e outros (3) idosos (as) comercializam Cestas Agroecológicas na Feira Agroecológica da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus Presidente Prudente a cada quinze dias.

A importância do autoconsumo se dá primeiramente pela segurança alimentar da família, sobretudo dos idosos (as), a reprodução social e a identidade camponesa. Grisa e Schneider (2008 p. 483):

“o autoconsumo permanece uma estratégia recorrente entre os agricultores familiares e reveste-se de fundamental importância para a reprodução social destas unidades. O que este trabalho pretende demonstrar é que a manutenção da produção para autoconsumo entre os agricultores não é decorrente de sua teimosia e nem de sua infinita capacidade de se submeter a condições de trabalho e produção pouco aceitáveis. Pretende-se demonstrar que esta atividade faz parte de um modo de organizar a atividade produtiva e reflete um repertório cultural que caracteriza a sociabilidade e identidade destes agricultores. Ao se retomar este tema, pretende-se contribuir para desmistificar o preconceito existente em relação à produção para autoconsumo e mostrar sua relevância como fonte de renda não-monetária, que efetivamente auxilia na melhoria das condições de vida, na segurança alimentar e no combate à pobreza rural”.

Em relação a acesso a crédito da Agricultura Familiar o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) 19 idosos (as) responderam que acessam ou acessaram ao Pronaf, outros (43) afirmaram nunca terem acessado.

Já em relação aos mercados institucionais que visam a comercialização de produtos da Agricultura Familiar como PAA e PNAE, (43) idosos (as) afirmaram que nunca comercializaram pelo PAA e PNAE e outros (8) afirmaram já tem participado, mas que por conta dos cortes do Governo Temer na Agricultura Familiar eles não estão comercializando sua produção pela via dos mercados institucionais.

Em relação se o que produziam se utilizava agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas ou outros insumos, (13) idosos (as) responderam que utilizam algum tipo desses insumos, em especial agrotóxicos, já outros (14) não fazem uso de insumos industrializados e

utilizam a adubação orgânica através da compostagem. Já outros (34) não utilizam nem insumos industriais, nem alternativos.

Quando foram indagados se já tinham ouvido falar em Agroecologia (38) idosos (as) afirmaram que sim, seguidos por (18) que responderam que nunca ouviram falar e outros (5) que não responderam.

Por fim, em relação a segurança alimentar e nutricional e aplicação da EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) seis famílias apresentaram situação de insegurança alimentar leve.

4. Considerações Finais

Como observado a pesquisa em questão traz dados preliminares da situação dos idosos e idosas do Assentamento Gleba XV de Novembro. Neste podemos observar que o envelhecer é um fenômeno presente e crescente na comunidade, visto a média de idade dos pesquisados, outro dado relevante é que a maioria dos idosos (as) pesquisados são mulheres, o que contrapõe a literatura presente, mas que há necessidade de mais pesquisas sobre este fato.

A origem rural dos idosos (as) reafirma o fato de terem se tornado assentados (as) rurais e acreditarem na Agricultura Familiar, na luta pela terra e na Reforma Agrária como uma forma de redistribuição de terra e produção saudável de alimentos.

A correlação entre idosos (as) e produção de alimentos se dá por um importante modo de reprodução social, além de uma maneira manter os idosos e idosas ativos mesmo após aposentadoria, essa noção de utilidade e atividade na lida da roça lhes trazem satisfação e prazer no que tange a produção de seu próprio alimento.

Além disso, produzir para o autoconsumo lhes fornecem alimentos frescos e diversificados, sem insumos lhes garantindo uma melhor alimentação, e, por conseguinte, segurança alimentar e nutricional para esses idosos (as) e suas famílias.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R., BALDISSERA, I. T., CORTINA, N., FERRARI, D., SILVESTRO, M., TESTA, V. M. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Chapecó. Brasília, 1997, Mimeo (Convênio FAO-Incra/CPPP-Epagri).

BORGES, M. B. de O. **A produção de conhecimento sobre o envelhecimento humano: aspectos históricos e sociais.** 2007. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, 2007.

BOURDIEU, P. **O camponês e seu corpo.** Rev. Sociol. Polit. [online]. 2006, n.26, pp.83-92. ISSN 0104-4478. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782006000100007>

BRASIL – IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais: **Uma análise das condições de vida da população brasileira 2016- 2.**
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2016.

BRASIL, ONU. **Em dia internacional, ONU pede fim do preconceito e melhores condições de vida para idosos.** 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/em-dia-internacional-onu-pede-fim-do-preconceito-e-melhores-condicoes-de-vida-para-idosos/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. Agência IBGE Notícias. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Org.). **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017.** Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017.html>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BRUMER, A.; SOUZA, Rebeca H. Vergara de; ZORZI. Analisa. **Ficar ou sair: perspectiva futuras dos jovens do meio rural.** In: CONGRESSO DA ALASRU, 6, 2002, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2002, p. 1.365–372.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. **"Como vive o idoso brasileiro?"**, in CAMARANO, A. A. (Org.) Os novos idosos brasileiros muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 25-76.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** São Paulo: Makron Books, 1996. 308p.

FERRAZ, L. ALVES, J. FERRETI, F. **A vulnerabilidade ocupacional do idoso no meio rural.** *Sau. & Transf. Soc.*, ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.0, n.0, p.000-000, 2017

FROEHLICH, J. M.; RAUBER, C. da C., CARPES, R. H. **Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na Região Central do RS.** *Ciência Rural*, v.41, n.9, p.1674-1680, set, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa em educação ambiental.** In: PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. (Org.). *Educação ambiental e sustentabilidade.* Barueri: Manole, 2005. p. 577-598.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. **“Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul.** *Revista da Sober*, v. RER, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 481-515, abr/jun 2008 – Impressa em junho 2008.

LEBRÃO M.L., DUARTE Y.A.O. (org). **O Projeto SABE no Município de São Paulo:** uma abordagem inicial. Brasília: OPAS/MS; 2003.

MELO, H. P. de; KRETER, A. C. **QUEM SÃO? COMO VIVEM OS IDOSOS BRASILEIROS DO SÉCULO XXI? UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO.** *Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-18, 23 mar. 2016.

NASRI, F. **O envelhecimento populacional no Brasil.** *Einstein*, São Paulo, v. 6, p. 54-56, 2008. supl. 1. Disponível em <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=516986&indexSearch=ID>>. Acesso em: 20 out. 2015.